

FUCAPE FUNDAÇÃO DE PESQUISA E ENSINO

MARIO LUIZ MUNIZ PEIXOTO

RENTABILIDADE DE EMPRESAS E TAXAS DE DESEMPREGO: um estudo sobre os reflexos da rentabilidade das empresas brasileiras nas taxas de desemprego dos trabalhadores das regiões metropolitanas

**VITÓRIA
2019**

MARIO LUIZ MUNIZ PEIXOTO

RENTABILIDADE DE EMPRESAS E TAXAS DE DESEMPREGO: um estudo sobre os reflexos da rentabilidade das empresas brasileiras nas taxas de desemprego dos trabalhadores das regiões metropolitanas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para aprovação no curso de Mestrado em Ciências Contábeis, linha de pesquisa Contabilidade Gerencial e Tributária.

Orientadora: Prof.^a Dra. Arilda Teixeira

**VITÓRIA
2019**

MARIO LUIZ MUNIZ PEIXOTO

RENTABILIDADE DE EMPRESAS E TAXAS DE DESEMPREGO: um estudo sobre os reflexos da rentabilidade das empresas brasileiras nas taxas de desemprego dos trabalhadores das regiões metropolitanas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em 11 de outubro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. ARILDA MAGNA CAMPAGNARO TEIXEIRA
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Prof. Dr. FELIPE STORCH DAMASCENO
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

Prof. Dr. NEWTON PAULO BUENO
Fucape Fundação de Pesquisa e Ensino

AGRADECIMENTOS

A Deus, que em sua infinita bondade iluminando os meus caminhos, me fez perseverar e com resiliência superar os obstáculos, para seu nome glorificar.

A FUCAPE, que através de seus Dirigentes, em especial o professor Doutor Aridélmo J. C. Teixeira, Professores e em especial as minhas Orientadoras, inicialmente até a Qualificação, a professora Doutora Neyla Tardin, e até a Defesa, a professora Doutora Arilda Teixeira, que me motivaram, capacitaram e possibilitaram a realização desta meta, que condecora uma vida de estudos e trabalho e também ao colega Doutorando Alysson Francisco, que me auxiliou no processo de coleta dos dados.

A minha família, que tanto amo e com essa realização gloriosa, honro através deste reconhecimento acadêmico formal: minha mãe Lenilda Muniz Peixoto, o meu pai Mario Alberto Zardini Peixoto, meus irmãos Marcia Lorena Muniz Peixoto e Max Leandro Muniz Peixoto e a minha amada esposa Adinéa Scherrer da Cunha Peixoto, por sua completa dedicação, por tantas horas de paciência, apoio, carinho e tolerância.

Aos que por tantas vezes decidiram influenciar-me a jamais desistir desta árdua missão de vida, que no meu caso, em especial, perdura por 15 anos, que só a grandeza divina pode alcançar seu verdadeiro propósito, mas que por minha Fé incondicional, agradeço!

“Vocês perguntam: 'Qual é a nossa meta?'
Posso responder numa única palavra: 'Vitória!'
Vitória a todo custo, vitória apesar de todo o
terror, vitória por mais longo e difícil que o
caminho possa ser, pois sem vitória não há
sobrevivência.”
(Winston Churchill)

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo, identificar uma possível relação entre a rentabilidade das empresas listadas no Ibovespa e a geração de empregos formais nas regiões metropolitanas do Brasil. A metodologia aplicada foi quantitativa, descritiva, com dados secundários coletados do economática e do IBGE-PNAD, relativos ao período de 1995 a 2017. Os resultados foram estimados por meio de regressão linear múltipla através do método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) e apontaram que a rentabilidade das firmas, medida pelo ROA (Retorno sobre Ativo), não afeta a geração de empregos formais. Contudo, quando medida através da variável IBOV (Índice do Ibovespa), mostrou que esse desempenho contribui negativamente para a geração de empregos, o que corrobora com a corrente de pensamento, de que investimentos em tecnologia, automação e em mecanização, preponderaram ante a mão de obra manufaturada.

Palavras-chave: Rentabilidade de Empresas Listadas na IBOVESPA, Desempenho da Economia. Geração de Empregos Formais nas Regiões Metropolitanas do Brasil.

ABSTRACT

This research aimed to identify a possible relationship between the profitability of companies listed on the Ibovespa and the generation of formal jobs in metropolitan regions of Brazil. The applied methodology was quantitative, descriptive, with secondary data collected from econometrica and IBGE-PNAD, from 1995 to 2017. The results were estimated by multiple linear regression using the Ordinary Least Squares (OLS) method and indicated that firm profitability, as measured by ROA (Return on Assets), does not affect the generation of formal jobs. However, when measured using the IBOV (Ibovespa Index) variable, it showed that this performance contributes negatively to job creation, which corroborates the current thinking that investments in technology, automation and mechanization predominate before hand. of manufactured work.

Keywords: Profitability of IBOVESPA Listed Companies, Economic Performance. Generation of Formal Jobs in the Metropolitan Regions of Brazil.

SUMÁRIO

Capítulo 1	8
1 INTRODUÇÃO	8
Capítulo 2	14
1 REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 HIPÓTESES.....	25
Capítulo 3	27
3 METODOLOGIA	27
3.1 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS	28
3.1.1 CDI – Certificado de depósito interbancário.....	28
3.1.2 PIB – Produto interno bruto	28
3.1.3 Índice de analfabetismo.....	29
3.1.4 GINI – Desigualdade social.....	29
3.1.5 Taxa de mortalidade.....	29
3.2 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA	29
Capítulo 4	32
4 RESULTADOS E ANÁLISES	32
Capítulo 5	35
5 OBSERVAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	38

Capítulo 1

1. INTRODUÇÃO

As empresas são compreendidas como agentes econômicos com caráter racional e maximizador de lucros (Proni, 2014). Como agentes econômicos, as empresas podem interferir no cenário macroeconômico, afetando alguns indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e taxas de desemprego, além de influenciar a criação de leis e políticas públicas (Vives, 2013).

Segundo Vives (2013), a contribuição individual das empresas é pequena, mas coletivamente, tem grande impacto no apoio a criação de políticas públicas, que beneficiam de forma eficaz, o sistema composto por empresas, governo e sociedade civil, em detrimento ao apoio financeiro eventual do governo.

A busca da maximização da rentabilidade, a partir de pesquisas recentes, agrega a literatura, convergindo as abordagens de Governança Corporativa (Zago, Mello, 2016; Oliveira, Morais, Neto, & Lima, 2017), Inovação Tecnológica (Santos, Góis, Rebouças, & Filho, 2016) e Capital Intelectual (Brandt, Machaiewski, & Geib, 2018).

A Governança Corporativa agrega valor as empresas, a partir da transparência e de padrões de divulgação de informação, em especial através de plataformas eletrônicas, que elevam a confiança do investidor, influenciando negativamente os riscos e conseqüentemente aumentando a credibilidade das empresas, melhorando suas expectativas de Desempenho (Zago & Mello, 2016).

Empresas com estrutura de governança tendem a aprimorar suas performances econômicas. Suas ações, negociadas em bolsa, são mais bem

avaliadas pelo mercado, o que tende a reduzir os custos de capital no médio e no longo prazo, possibilitando melhora no desempenho econômico, aumentando o retorno sobre o investimento e da mesma maneira aumentando o valor das companhias (Oliveira, Moraes, Neto, & Lima, 2017).

Investimentos em inovação tendem a gerar diferenciação e conseqüentemente vantagens competitivas sustentáveis, que no médio e longo prazo, geram valor a companhia e melhoram seu desempenho. A literatura sustenta, em parte, que a vantagem competitiva é obtida por meio de inovação, que protege a empresa contra os efeitos concorrenciais do mercado, gerando assim, impactos positivos no seu desempenho, ponderando-se essa máxima em face das diversas formas de diferenciação (Santos, Góis, Rebouças, & Filho, 2016).

O capital intelectual pode gerar valor as empresas e ante a sua vulnerabilidade e dificuldade de retenção, as empresas se empenham em criar políticas de benefícios aos funcionários, com objetivo de maximizar suas rentabilidades a partir da maximização da capacidade produtiva desse capital, associada a inovação e apoio a produção. Mensurado a partir do Valor Adicionado de Coeficiente Intelectual (VAIC), mais especificamente no segmento varejista, a literatura sustenta seu impacto na rentabilidade das empresas (Brandt, Machaiewski, & Geib, 2018).

A uniformização das normas contábeis internacionais, exigem a divulgação dos benefícios aos empregados, o que é relevante para as empresas, considerando a transparência dos seus objetivos quanto a retenção do capital intelectual, e conseqüentemente gerar valor. Quanto maior o tamanho da empresa, maior será a evidenciação dos benefícios aos empregados (Lay, Silva, & Michels, 2017).

A expansão das empresas, mensuradas a partir da sua rentabilidade, sustenta a questão principal desta pesquisa, que é estabelecer uma possível relação com o emprego e é incrementada com a questão da internacionalização, que passa de forma preponderante pelo subsídio governamental. No Brasil, o governo federal subsidiou financeiramente grandes e influentes empresas, a partir da década de 90, com recursos do BNDES (Flynn, 2007; Rêgo, Dib, & Bemvindo, 2016).

Empresas beneficiadas por subsídios governamentais nos processos de expansão e/ou internacionalização apresentam resultados econômicos positivos, em face das oportunidades de expansão da produção, em comparação às empresas que não contam com o mesmo apoio, pois a receptividade da comunidade internacional é maior a essas empresas (Banno & Piscitello, 2010).

O avanço da tecnologia nos processos de produção, traz consigo, a substituição da mão de obra manufaturada pela mecanização, mas também motiva a criação de novas formas de ocupação e de significação do trabalho para o indivíduo e para as organizações, como resposta alternativa. É a redução da complexidade, pela produtividade superior (Bertoncelo & Junqueira, 2018).

Nesse contexto de expansão das empresas e criação de novas formas de ocupação, pequenas e médias empresas contribuem fortemente para a geração de emprego e renda. A abertura dos mercados, culminou com a internacionalização da competição e isso causou, em especial nas pequenas empresas, a proliferação do conhecimento a partir de novas tecnologias de informação e comunicação. Inovação e gestão estratégica de recursos, possibilitam vantagem competitiva e o conseqüente crescimento dessas empresas (Filho & Colares, 2015).

A relação entre inovação tecnológica e mão de obra é amplamente estudada pela literatura econômica (Ferreira, 2006). Parte da literatura documenta que a tecnologia reduz a mão de obra e conseqüentemente o emprego, em razão do aumento da produtividade, com ganhos de escala (Rezende & Tafner, 2006). Por outro lado, a tecnologia também possibilita a abertura de outros segmentos produtivos, às vezes terceirizados, como o de setor de serviço que atua como suporte à produção industrial, característica do processo de internacionalização nos países desenvolvidos como, por exemplo, nos Estados Unidos, que tem 80% (oitenta por cento) do emprego no segmento de serviços (Rezende & Tafner, 2006).

Segundo Cavalcanti e Silva (2011), a revolução tecnológica teve início a época da revolução industrial e preconiza o aumento da produtividade a partir da automação em detrimento aos processos manufaturados e, conseqüentemente, da redução da mão de obra. Por outro lado, traz consigo o surgimento de novos segmentos de negócios, produtos de alta qualidade com menores custos e a mão de obra qualificada.

Dada a tensão que permeia a relação tecnologia e abertura de empregos, ora complementar, ora substituta, esta pesquisa investiga se a rentabilidade média das empresas pode afetar, positivamente ou negativamente, a taxa de desemprego no Brasil. Este estudo investiga se empresas mais rentáveis geram mais empregos ou, em substituição a isso, empregam recursos em processos tecnológicos e automatizados. Por rentabilidade, entende-se ROA (Retorno sobre Ativo) médio das empresas listadas na Bolsa de Valores brasileira (B3) ou a rentabilidade das empresas componentes do Índice Bovespa, portfólio com as ações mais negociadas no mercado doméstico. A taxa de desemprego é medida pelo IBGE-PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Os resultados desta pesquisa evidenciaram que a rentabilidade das empresas, quando mensurada a partir da variável IBOV, impacta negativamente a geração de emprego, o que se explica pelo aumento da automação e mecanização, em detrimento da mão de obra direta.

Porém, quando a proxy para a rentabilidade é o ROA médio das empresas, os resultados não são significantes estatisticamente, contudo observa-se sensibilidade ante a correlação testada, o que sinaliza se sustentar no crescimento de outros segmentos, como o de serviços e o de comércio (Rezende & Tafner, 2006), que coadunam com essa evidência e que reflete na estrutura do emprego no Brasil.

Esta pesquisa contribui para a literatura que busca explicar as causas do desemprego, bem como para a discussão dos meios para minimizar seus efeitos, dada a falta de consenso sobre o tema (Harvey, 2015). Em Economia, as teorias mais conhecidas, apresentam distintos pontos de vista sobre a dinâmica econômica de explicação do funcionamento do mercado de trabalho, e o tema é transpassado por pensamentos e disputas ideológicas e políticas (Garraty, 1978; Dathein, 2005). No Brasil, alguns pesquisadores apontam o processo de globalização, a falta de investimentos, a baixa escolaridade e a alta carga tributária como causas do desemprego (Silva, 2001).

A literatura é vasta na investigação dos reflexos do cenário macroeconômico no cenário microeconômico, mas é escassa no inverso dessa relação, e essa é outra contribuição do presente estudo.

Fabris (2010) é um dos poucos estudos que tratam dessa relação inversa, mas no intuito de investigar modelos de previsões da rentabilidade das empresas brasileiras. O tema desemprego é algo sempre passível de debate em tempos de

globalização: segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2001, havia perto de um bilhão de desempregados no mundo, aproximadamente 30% da força de trabalho, tornando cada vez mais distante a ideia de pleno emprego. Contudo, a globalização propiciou a integração entre empresas multinacionais, com o acesso à matéria-prima de boa qualidade e mão de obra barata e qualificada, de diversas partes do mundo, cooperando com o aumento da produção e da comercialização mundial (Cavalcanti & Silva, 2011).

Esta pesquisa está estruturada da seguinte forma: apresentada a introdução, a Seção 2 apresenta a pesquisa da literatura existente e evidencia a contribuição acadêmica deste trabalho, bem como apresenta as hipóteses que serão testadas. A Seção 3 descreve as metodologias utilizadas. A Seção 4 apresenta e fundamenta a amostra dos dados. A Seção 5 apresenta os resultados apurados, as suas interpretações e análises. A Seção 6 descreve as observações e conclusões finais.

Capítulo 2

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As empresas são compreendidas como agentes econômicos com caráter racional e maximizador de lucros (Proni, 2014). Elas contribuem com o cenário macroeconômico, através do PIB, impactam indicadores sociais tais como emprego e renda, além de interferirem direta e indiretamente, na criação de políticas públicas que favoreçam o mercado, na busca do equilíbrio do sistema composto por empresas, governo e sociedade civil, em suas demandas (Vives, 2013).

Empresas, individualmente, influenciam pouco na criação de políticas públicas, mas coletivamente, em redes ou segmentadas através de instituições, influenciam fortemente e esse movimento corrobora com o equilíbrio do sistema, beneficiando todos os seus agentes. Políticas públicas são essenciais para o crescimento do mercado e conseqüentemente das empresas, que buscam maximizar suas rentabilidades, e com isso beneficiam a sociedade civil, impactando indicadores macroeconômicos (Vives, 2013).

O mercado acionário valoriza as empresas a partir da governança corporativa, que reduz a assimetria informacional entre os diversos atores do mercado. Com o advento das tecnologias de informação e comunicação, boas práticas de governança foram apoiadas, possibilitando transparência e padrões de divulgação de informação que elevam a confiança do Investidor e conseqüentemente a credibilidade das empresas, o que gerou significativo impacto negativo nos riscos e conseqüentemente, gerou aumento das expectativas de desempenho das empresas (Zago & Mello, 2016).

As tecnologias de informação e comunicação, via internet, permitem o maior desenvolvimento na administração pública, que tem por finalidade o aumento da participação da sociedade no controle das ações governamentais, além de diminuir os conflitos de interesses entre os gestores e os acionistas, maximizando o valor das empresas, possibilitando aos acionistas, a valorização de boas práticas. Essa relação sugere que governança corporativa eletrônica se associa ao valor das empresas, por meio da queda do risco das empresas e em decorrência da queda dos seus custos de capital. Empresas que adotam mecanismos de governança corporativa, melhoram suas performances (Zago & Mello, 2016).

Boas práticas de Governança, tendem a aprimorar a performance econômica, aumentar o retorno sobre investimento e da mesma maneira aumentar o valor das empresas. O Ibovespa conta com um sistema que classifica o nível de governança das empresas e a sua simples adesão, não representa necessariamente reflexo imediato no desempenho ou valor de mercado, mas individualmente, algumas empresas chegaram a aumentar em 70% seu valor de mercado, por aderirem a governança corporativa (Oliveira, Morais, Neto, & Lima, 2017).

Dois pontos são responsáveis pela credibilidade da governança corporativa. São eles: a transparência na gestão e a redução no risco para os investidores. A definição e a transparência em relação a meta de rentabilidade, influencia o mercado e gera expectativa de melhores resultados aos investidores. Empresas com estrutura de governança apresentam melhores resultados e suas ações são mais bem avaliadas pelo mercado, o que tende a reduzir os custos de capital no médio e no longo prazo, ou seja, o desempenho econômico melhora, aumentando o retorno sobre o investimento (Oliveira, Morais, Neto, & Lima, 2017).

Investimentos em inovação tecnológica, tendem a gerar diferenciação e vantagens competitivas sustentáveis, que futuramente geram valor e melhoria de desempenho as empresas. Muitos pesquisadores atribuem o sucesso e o crescimento organizacional, além da sobrevivência das organizações modernas, tidas como condutores principais do desenvolvimento econômico, a inovação tecnológica (Santos, Góis, Rebouças, & Filho, 2016).

A vantagem competitiva tende a pertencer as organizações que inovam constantemente, ou seja, a inovação fazendo parte da busca da maximização das performances organizacionais. A inovação tecnológica, impacta o desempenho das firmas, tendo em vista que a absorção da vantagem competitiva e por consequência a percepção dos resultados superiores, são a finalidade dos investimentos em inovação. A literatura prepondera na visão de que a vantagem competitiva sustentável, é obtida a partir da inovação tecnológica e que ela protege a empresa contra a concorrência do mercado. A proteção da empresa frente ao mercado, a partir da diferenciação, gera impactos positivos no desempenho das empresas, salvaguardadas ponderações, que abrem diversas linhas de estudo, em relação as formas de diferenciação, que expostas as estratégias organizacionais, não necessariamente culminam com os mesmos efeitos (Santos, Góis, Rebouças, & Filho, 2016).

No contexto de governança corporativa, apoiada por tecnologia de informação e comunicação, e inovação tecnológica gerando diferenciação e vantagem competitiva, movimentos do mercado podem ser melhores previstos e controlados, dada a transparência e padronização na divulgação de informações (Oliveira, Morais, Neto, & Lima, 2017).

Transações de compra e venda de ações de companhias, não refletem no valor de mercado e nem na rentabilidade das firmas, mas existe um efeito positivo em posições compradas por *Insiders* no valor de mercado das firmas. Informações privilegiadas e não compartilhadas podem gerar vantagem imprópria em proveito pessoal de gestores. Estudos afirmam que *Insiders* possuem conhecimento de informações privilegiadas, antes das suas divulgações ao mercado. Tais conclusões sugerem que a compra de papéis por *insiders* sinalizam as perspectivas de resultados positivos futuros, o que afeta a média de preços das ações e conseqüentemente sugere o aumento futuro de rentabilidade para as empresas (Vasconcelos, Galdi, & Monte-Mor, 2016).

O capital intelectual cria valor para as empresas. Medido através do Valor adicionado de coeficiente intelectual (VAIC), impacta a rentabilidade das empresas. É vulnerável e por isso as empresas buscam criar meios para a sua retenção, através de políticas de benefícios aos empregados. Operações varejistas demandam bastante mão de obra, o que ampara o reflexo positivo do capital intelectual ou humano nos índices de rentabilidade do setor (Brandt, Machaiewski, & Geib, 2018).

A informação contábil reduz a assimetria de informação entre os diversos atores do mercado. A uniformização das normas contábeis internacionais, exigem a divulgação dos benefícios aos empregados. O tamanho das empresas, a rentabilidade e a existência de membros externos no conselho de administração ajudam a explicar o nível de evidenciação dos benefícios aos empregados e conseqüentemente o empenho e desempenho das empresas na retenção do capital humano e conseqüentemente suas intenções na maximização da geração de valor, a partir disso (Lay, Silva, & Michels, 2017).

O alcance do mercado internacional, acelera e corrobora com o processo de expansão das empresas, a partir do aumento de escala do comércio e do consequente aumento da capacidade produtiva das empresas, que culmina com o aumento da produtividade, que nos leva ao dilema da mão de obra versus tecnologia, além do aumento dos segmentos de mercado, a partir do surgimento de novas ocupações funcionais oriundas da adequação na estrutura do emprego e de novos mercados (Flynn, 2007; Rêgo, Dib, & Bemvindo, 2016).

Para Vives (2013), o processo de expansão das empresas é acelerado e apoiado por políticas públicas de incentivo a empresas e também a instituições, que compõem o cenário macroeconômico, como aquelas voltadas ao segmento de educação e as entidades de classe, que se inter-relacionam e formam um ecossistema de apoio ao crescimento, em detrimento ao apoio financeiro do governo, direcionado à algumas empresas ou a setores específicos de mercado.

Empresas, governo e a sociedade civil, compõem o cenário, que através de alianças, apoia o processo de expansão das empresas. O estudo de Vives (2013), coaduna com os objetivos da presente pesquisa, na medida em que reafirma os impactos dos desempenhos das empresas no cenário econômico, em especial, nos indicadores sociais atrelados ao emprego.

O movimento do cenário macroeconômico brasileiro, mais especificamente a partir da década de 1990, com a expansão de empresas, muitas delas com suas internacionalizações, em alguns casos, subsidiadas pelo governo federal (Flynn, 2007; Rêgo, Dib, & Bemvindo, 2016), fomentou o surgimento de redes de negócios, incrementando um ciclo de crescimento e expansão agregada entre empresas que se complementam no processo de produção, através de terceirizações, quarteirizações e parcerias comerciais e de produção. Este movimento agregou a visão, de que a

internacionalização, não afeta ou beneficia apenas uma empresa ou tão somente a empresa internacionalizada, mas também um conjunto de empresas, que congregam a esfera pública, através das suas interações.

O processo de expansão e internacionalização das empresas brasileiras, em alguns casos, subsidiado pelo governo federal, foi acelerado, assim como a sua contribuição ao cenário macroeconômico, esperada pelo aumento da competitividade pelos ganhos de escala, pela produtividade e pela expansão dos mercados para as empresas. A partir de 2004, o BNDES passou a apoiar a internacionalização das empresas brasileiras, e se destacou como importante papel para a presença de empresas brasileiras no exterior, como o caso da empresa Vale do Rio Doce em Moçambique (Banno & Piscitello, 2010).

A partir do apoio financeiro do governo federal, à internacionalização, grandes empreiteiras brasileiras foram internacionalizadas em Moçambique, a partir da operação da Vale do Rio Doce, em operações integradas ou independentes, em função dos financiamentos do BNDES (Banno & Piscitello, 2010).

Empresas beneficiadas por subsídios governamentais, nos processos de internacionalização, apresentam resultados econômicos positivos, em face das oportunidades de expansão da produção, em comparação às empresas que não contam com o mesmo apoio, pois a receptividade da comunidade internacional é maior a essas empresas, em face da contribuição pela amplificação das suas credibilidades, pela redução dos riscos e das incertezas inerentes as pequenas e médias empresas brasileiras (Banno & Piscitello, 2010).

A partir da década de 1990, com a abertura da economia brasileira, tivemos o incremento ao PIB (Produto Interno Bruto), dos negócios do comércio exterior

aumentando sua participação, o que provocou e continua provocando profundas modificações no mercado de trabalho brasileiro. A concorrência do mercado internacional, bem como os altos padrões de qualidade e tecnologia exigidos por esses mercados, culminou com o enfraquecimento de algumas atividades menos qualificadas na estrutura de produção brasileira, bem como no crescimento e/ou surgimento de outras atividades, em parte em função da introdução de inovação tecnológica, que garante o aumento da produtividade, o que modificou a forma como se organiza e se distribui o emprego no Brasil (Ferreira, 2006).

Para Rezende e Tafner (2006), o aumento da produtividade, em face das novas tecnologias e inovações, compromete a oferta do emprego na manufatura, contudo, aumenta o emprego nas atividades de serviços e de comércio, características de países em desenvolvimento que coaduna com países desenvolvidos, como o caso dos EUA, onde 80% do emprego, está no setor de serviços, e não mais em atividades de manufatura na indústria e na agricultura. No Brasil, na última década, o setor de serviços se destaca com o maior crescimento, na ordem de 60% (sessenta por cento), passando a ocupar a função de suporte a produção industrial, que implica em capacitação e qualificação, seguido pelo setor de comércio com crescimento de 30% (trinta por cento), incrementado pelas empresas exportadoras que cresceram 17,1% (dezesete virgula um por cento) no período, aumentando suas participações nas estruturas produtivas brasileiras. Os processos produtivos no Brasil, passaram de uma estrutura verticalizada e centralizada, para uma estrutura composta por terceirizações, priorizando o foco em suas atividades principais (Rezende & Tafner, 2006).

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Bahia (2006), a evolução do Emprego e da participação no PIB dos 5 maiores segmentos industriais brasileiros, responsáveis por 44% (quarenta e quatro por cento) do emprego formal

ou informal, e 42% (quarenta e dois por cento) do PIB, no período de 1997 a 2003, evidencia que para cada 1% de crescimento nas Vendas finais da indústria, há o crescimento de 0,18% no emprego, ainda que em detrimento as novas tecnologias e inovações, esse aumento pudesse ser maior no emprego, em períodos anteriores a 1996 (Bahia, 2006).

A inovação tecnológica, nos processos de produção, objetiva o aumento de produtividade e culmina com a conseqüente substituição da mão de obra manufaturada pela mecanização. Contudo, outras formas de ocupação surgem, além da natural elevação do nível de qualificação da mão de obra requerida na produção, o que implica na criação de novas formas de ocupação e na mudança da significação do trabalho para o indivíduo e para as organizações, como resposta alternativa. É a redução da complexidade, pela produtividade superior, com a conseqüente adaptação da estrutura de produção, que transcende a simples redução de mão de obra manufaturada (Bertoncelo & Junqueira, 2018).

A importância ou a significação do trabalho para o indivíduo tornou-se objeto de estudo, a partir da mudança das características do trabalho ao longo do tempo. A sociedade ancorada na tecnologia da informação trouxe novas perspectivas sobre o trabalho e sobre os meios de produção, resultando na melhora da qualificação da mão de obra e no incremento de outras ocupações funcionais, como a de serviços que passou a vigorar como apoio a produção e a de comércio, a partir do aumento de escala (Bertoncelo & Junqueira, 2018).

Pequenas e médias empresas contribuem fortemente para a geração de emprego e renda. A abertura dos mercados, culminou com a internacionalização da competição e isso causou, em especial nas pequenas empresas, o incremento do conhecimento a partir de novas tecnologias de informação e comunicação. Inovação

e gestão estratégica de recursos, possibilitam vantagem competitiva e o consequente crescimento dessas empresas (Filho & Colares, 2015).

A inovação passou a ser uma das competências empreendedoras que as pequenas e médias empresas têm em comparação com as demais. A gestão estratégica dos recursos, possibilita vantagem competitiva e o crescimento de pequenas e médias empresas, como consolidado na teoria visão baseada em recursos (VBR). O crescimento dessas pequenas e médias empresas, impacta indicadores macroeconômicos como emprego e renda, o que motiva o presente estudo na busca de evidenciar e sustentar essa relação (Filho & Colares, 2015).

As firmas, em síntese, competem por preço e diferenciação de produto, que por estarem menos expostos a concorrência, em face da diferenciação, agregada da inovação tecnológica, se mostram mais promotores do emprego e consequentemente mais promissores aos empregados (Ferreira, 2006).

A relação entre inovação tecnológica e mão de obra é amplamente estudada pela literatura econômica (Ferreira, 2006). Parte da literatura documenta que a tecnologia reduz a mão de obra e consequentemente o emprego, em razão do aumento da produtividade, com ganhos de escala (Rezende & Tafner, 2006). Por outro lado, a tecnologia também possibilita a abertura de outros segmentos produtivos, às vezes terceirizados, como o de setor de serviço que atua como suporte à produção industrial, característica do processo de internacionalização nos países desenvolvidos como, por exemplo, nos Estados Unidos, que tem 80% (oitenta por cento) do emprego no segmento de serviços (Rezende & Tafner, 2006).

Para Rezende e Tafner (2006), a tecnologia e a inovação tecnológica, implica em qualificação e capacitação da mão de obra, o que possibilita ganhos de

produtividade. A inovação tecnológica traz redução de mão de obra para manufatura, pela automação, entretanto inovações em tecnologia, abrem oportunidades de inovação, que estão relacionadas a conquista de novos mercados, que gera crescimento e conseqüentemente emprego, com característica de maior qualificação e qualidade e conseqüentemente maior remuneração. A abertura do mercado, também parece ser poupadora de mão de obra, mas por outro lado, as exportações hoje, ocupam lugar de destaque na economia, o que justifica dizer que contribuíram com a geração do emprego. Em resumo, a mão de obra mais qualificada, e o desempenho tecnológico e competitivo convergem a mesma direção se unindo e se agregando, através da adequação da estrutura de produção.

A revolução tecnológica de hoje, é similar a revolução industrial no século XVIII. Mudou-se a forma de produzir, maximizou-se a produtividade, gerando-se mais produtos, melhores em qualidade e com preços menores, mas preservaram-se características comuns à época, tais como: o fortalecimento do capitalismo comercial, da busca do lucro a qualquer custo, do aumento da produtividade a partir da automação em detrimento aos processos manufaturados e conseqüentemente da redução da mão de obra, bem como o surgimento de novos segmentos de negócios, produtos de alta qualidade com menores custos e a mão de obra qualificada, como agente assessor do processo produtivo (Cavalcanti & Silva, 2011).

Considerando a distinta literatura e suas evidências que permeiam a relação entre tecnologia e abertura de empregos, documentando por um lado que a tecnologia reduz a mão de obra e conseqüentemente o emprego, em razão do aumento da produtividade, com ganhos de escala (Rezende & Tafner, 2006). Por outro lado, que a tecnologia também possibilita a abertura de outros segmentos produtivos, às vezes terceirizados, como o de setor de serviço que atua como suporte à produção industrial,

característica do processo de internacionalização nos países desenvolvidos como, por exemplo, nos Estados Unidos, que tem 80% (oitenta por cento) do emprego no segmento de serviços (Rezende & Tafner, 2006), a presente pesquisa vem investigar se a rentabilidade média agregada das empresas pode afetar, positivamente ou negativamente, a taxa de desemprego no Brasil.

Esta pesquisa contribui para a literatura que busca explicar as causas do desemprego, bem como para a discussão dos meios para minimizar seus efeitos, dada a falta de consenso sobre o tema (Harvey, 2015).

A literatura é vasta na investigação dos reflexos do cenário macroeconômico no cenário microeconômico, mas é escassa no inverso dessa relação, e essa é outra contribuição do presente estudo. Fabris (2010) é um dos poucos estudos que tratam dessa relação inversa, mas no intuito de investigar modelo de previsões da rentabilidade das empresas brasileiras, onde exploraram as relações existentes entre variáveis macroeconômicas e o lucro das empresas brasileiras, componentes do IBOVESPA, coadunando com o objetivo desta pesquisa, onde foram exploradas e testadas as relações existentes entre as variáveis do contexto, no cenário de curto e longo prazo. Os resultados apontaram evidências da convergência para uma relação de equilíbrio, no longo prazo. O interesse de pesquisadores em utilizar métodos para realizar previsões dos lucros, a partir de séries temporais e a quase inexistência de estudos que apliquem a metodologia de cointegração, para estudar o comportamento dos lucros das empresas e das variáveis macroeconômicas, a partir de séries temporais, motivou aquele estudo (Fabris & Fontana 2010).

O tema desemprego é algo sempre passível de debate em tempos de globalização: segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2001, havia perto de um bilhão de desempregados no mundo, aproximadamente 30% da força de

trabalho, tornando cada vez mais distante a ideia de pleno emprego. Contudo, a globalização propiciou a integração entre empresas multinacionais, com o acesso à matéria-prima de boa qualidade e mão de obra barata e qualificada, de diversas partes do mundo, cooperando com o aumento da produção e da comercialização mundial (Cavalcanti & Silva, 2011).

Esta pesquisa investiga se empresas mais rentáveis geram mais empregos ou, em substituição a isso, empregam recursos em processos tecnológicos e automatizados. Por rentabilidade agregada, entende-se ROA (Retorno sobre Ativo) médio das empresas listadas na Bolsa de Valores brasileira (B3) ou a rentabilidade das empresas componentes do Índice Bovespa, portfólio com as ações mais negociadas no mercado doméstico. A taxa de desemprego é medida pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

2.1 HIPÓTESES

A influência das empresas no cenário macroeconômico, mensurada através de seus reflexos em alguns indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e taxas de desemprego, motiva o presente trabalho e está diretamente associada aos seus desempenhos financeiros.

O desempenho financeiro de empresas de capital aberto no Brasil é medido pelas variáveis ROA (Retorno sobre Ativos) e Ibovespa (Índice Bovespa).

Os projetos de internacionalização das empresas brasileiras, que culminam na maioria dos casos, com as suas expansões, convergem em uma máxima que é, a introdução da tecnologia com o objetivo de maximizar a produtividade e aumentar consequentemente a competitividade, que apresenta vertentes de pensamentos em

relação aos seus reflexos na estrutura do emprego, dividindo-se entre os que defendem que os reflexos são positivos e os que defendem serem negativos (Rezende & Tafner, 2006). Esse contexto suscitou as seguintes hipóteses:

H1a: A rentabilidade das empresas, dessa amostra, medida através da variável ROA, afeta emprego no Brasil.

H1b: O desempenho do IBOV (Índice do IBOVESPA), afeta emprego no Brasil.

A H1a testou se a rentabilidade das empresas listadas na IBOVESPA, medida através da ROA, afeta a geração de empregos formais no Brasil; e H1b se o desempenho médio do mercado de ações no Brasil afeta a geração de empregos formais no País.

Capítulo 3

2 METODOLOGIA

Esta dissertação foi uma pesquisa quantitativa, descritiva; com dados secundários trimestrais do período 1995-2017. Para testar empiricamente a existência de relação entre as variáveis microeconômicas ROA (Retorno sobre Ativos) e IBOV (Índice do IBOVESPA) e a geração de emprego formal no Brasil (IPEADATA).

Estimou-se os resultados através de regressão linear múltipla com método de MÍNIMOS QUADRADOS ORDINÁRIOS (MQO), utilizando como variáveis de controle, Certificado de Depósito Interbancário (CDI); Produto Interno Bruto (PIB); Índice de Analfabetismo; Índice Gini (Desigualdade Social); Taxa de Mortalidade; Anos de Estudo.

Para evidenciação das variáveis independentes ou de interesse (X), foram coletados dados consolidados trimestralmente, a partir da base de dados da Económica, individualizados por empresa componente do Ibovespa. A partir dos dados individualizados, foram apuradas as médias de todas as empresas da amostra por período, consolidando uma única observação de ROA por trimestre. Para evidenciação das variáveis macroeconômicas e da variável dependente (Y) Taxa de Desemprego, também foram coletados dados consolidados trimestralmente, individualizados por variável, a partir de bases de dados oficiais, tais como IPEADATA e IBGE, consolidando uma única observação por trimestre. O modelo de regressão teve a seguinte especificação:

$$Desemprego_{it} = \beta_0 + \beta_0 Rentabilidade_{it} + \sum_{k=1}^N \beta_k Controles_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que a rentabilidade das empresas foi representada pelas variáveis ROA ou IBOV. A extensão do período estudado permitiu o maior número de observações consolidadas possível para as variáveis microeconômicas e macroeconômicas. Os dados foram a partir de 1995 porque esse foi o ano em que a série do IPEADATA começou.

3.1 DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Há duas variáveis explicativas (x) que capturam rentabilidade das empresas: o ROA (dada pela razão entre Lucro Líquido sobre Ativos Totais), apurado a partir da média trimestral dos ROAs individuais de cada empresa componente do Ibovespa; e Rentabilidade trimestral das ações de empresas componentes do Índice Bovespa.

Foram definidas variáveis de controle:

3.1.1 Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

CDI é uma sigla utilizada como jargão no mercado financeiro Brasileiro. Refere-se ao CDI-CETIP que é taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários com prazo de um dia útil, calculada e divulgada pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados).

3.1.2 Produto Interno Bruto (PIB)

É o valor da soma de toda a riqueza (bens, produtos e serviços) produzida por um país em um determinado período.

3.1.3 Índice de Analfabetismo

Número de pessoas residentes de 15 e mais anos de idade que não sabem ler e escrever um bilhete simples, no idioma que conhecem, em relação ao total da população residente desta faixa etária (%).

3.1.4 Desigualdade Social (GINI)

Segundo Gini (1912, p.156), “o coeficiente de Gini ou índice de Gini é um cálculo usado para medir a desigualdade social. Apresenta dados entre o número 0 e o número 1, onde ZERO corresponde a uma completa igualdade na renda (onde todos detêm a mesma renda per capita) e UM que corresponde a uma completa desigualdade entre as rendas (onde um indivíduo, ou uma pequena parcela de uma população, detêm toda a renda e os demais nada têm) ”.

3.1.5 Taxa de Mortalidade

Segundo Castro (2004, p.15), “esse indicador representa o número de óbitos ocorridos no período de um ano. Essa taxa é calculada a cada mil habitantes e reflete a relação entre o número de mortos anuais e a população total de um determinado lugar”.

3.2 CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA

A Tabela 01 - Estatística Descritiva, apresenta médias, desvios-padrão, quartis, mínimos e máximos das variáveis e objetiva verificar o comportamento dos dados da amostra. A amostra contém 52 observações, de 3.327 ocorrências, capturadas entre o primeiro trimestre de 1995 e o último de 2017. Foram excluídas da amostra as

observações que não possuíam informações. As Variáveis foram winsorizadas a 2,5%.

TABELA 01 - ESTATÍSTICA DESCRITIVA

	Obs	Média	Desvio P	Q1	Mediana	Q3
Taxa de Desemprego	52	8,77	1,27	7,54	9,05	9,88
ROA Médio	52	-0,30	0,92	-0,84	-0,28	0,18
IBOV	52	1,03	4,80	-1,28	1,05	3,95
CDI	52	1,10	0,35	0,84	1,02	1,38
PIB Real	52	3,01	2,45	1,01	2,74	4,98
Índice de Analfabetismo	52	10,20	1,36	8,66	10,10	11,5
Índice GINI	52	0,56	0,02	0,53	0,56	0,57
Índice de Mortalidade	52	6,18	0,17	6,05	6,10	6,27
Anos de Estudo	52	6,88	0,60	6,38	6,86	7,37

Fonte: Elaborada pelo Autor.

A Tabela 02 apresenta a correlação entre as variáveis da amostra. Os asteriscos indicam correlação significativa ao nível de 1% de significância.

TABELA 02 – CORRELAÇÃO

	Taxa Desemp.	ROA Médio	IBOV	CDI	PIB Real	Índice Analf.	GINI	Índice Mort.	Anos Estudo
Taxa Desemp.	1,000								
ROA Médio	-0,108	1,000							
IBOV	0,297**	0,012	1,000						
CDI	0,842*	-0,19	0,154	1,000					
PIB Real	-0,012	0,266	-0,14	-0,0381	1,000				
Índice Analf.	0,922*	-0,16	0,141	0,8262*	0,0837	1,000			
GINI	0,905*	-0,19	0,139	0,8333*	0,0805	0,9898*	1,000		
Índice Mort.	0,777*	-	0,043	0,7589*	-0,087	0,9012*	0,9185*	1,000	
Anos Estudo	-0,912*	0,150	-0,13	0,8396*	0,1200	0,9911*	0,9937*	0,8947*	1,000

Fonte: Elaborada pelo Autor.

* representa correlação estatisticamente significativa a 1%

** representa correlação estatisticamente significativa a 5%

A análise dos resultados, a partir da Tabela 02, evidencia correlação positiva e significativa do CDI com a Taxa de Desemprego, ou seja, quanto maior a taxa do CDI, maior a Taxa de Desemprego. Evidencia também correlação negativa estatisticamente significativa ao nível de 1%, entre a variável Anos de Estudos e a variável Taxa de Desemprego, ou seja, quanto mais anos de estudo, menor a Taxa de Desemprego. Ainda analisando os resultados da correlação, evidenciamos que a variável de maior interesse ROA não apresenta correlação significativa, com a variável Taxa de Desemprego, resposta a questão principal do presente estudo.

Contudo, a variável IBOV, apresenta correlação significativa ao nível de 5%, com a variável Taxa de Desemprego, o que sinaliza que sua variação gera reflexos negativos no emprego, considerando a amostra analisada. Ou seja, quanto maior o IBOV, maior a Taxa de Desemprego e conseqüentemente menor a oferta de emprego.

Capítulo 4

4 RESULTADOS E ANÁLISES

A Tabela 03 – apresenta os resultados do modelo de regressão I – a variável independente é o ROA.

A Tabela 04 – apresenta os resultados do modelo de regressão II – a variável independente é o IBOV.

A Tabela 05 – apresenta os resultados dos modelos de regressão I e II. Entre parênteses, estão os desvios-padrão. Todas as variáveis foram winsorizadas a 2,5%. Os símbolos *, ** e ***, denotam a significância estatística ao nível de 10%; 5% e 1%, respectivamente.

TABELA 03 - REGRESSÃO - MODELO I

Taxa de Desemprego	Coef	Desvio Padrão	p-valor
ROA Médio	-0,0004	0,0004	0,299
CDI	0,868	0,272	0,003
PIB Real	-6,297	3,457	0,0750
Índice Analfabetos	1,047	0,333	0,003
Índice GINI	0,377	24,450	0,988
Índice Mortalidade	-2,847	1,108	0,014
Anos de Estudo	0,730	4,861	0,881
Constante	13,29	19,53	0,500
Prob > F	0,0000		
R2	0,903		
Observações	52		

Fonte: Elaborada pelo Autor.

TABELA 04 - REGRESSÃO - MODELO II

Taxa de Desemprego	Coef	Desvio Padrão	p-valor
ROA Médio	0,032	0,0148	0,037
CDI	0,823	0,259	0,003
PIB Real	-5,298	2,983	0,083
Índice Analfabetos	1,018	0,300	0,001
Índice GINI	-8,658	21,910	0,695
Índice Mortalidade	-2,380	1,032	0,026
Anos de Estudo	-1,316	5,406	0,809
Constante	19,66	20,21	0,336
Prob > F	0,0000		
R ²	0,915		
Observações	52		

Fonte: Elaborada pelo Autor.

TABELA 05 - REGRESSÃO CONSOLIDADA

Taxa de Desemprego	Modelo I	Modelo II
Roa	0,017 [0,069]	
Ibov		0,032** [0,014]
CDI	0,862*** [0,263]	0,827*** [0,259]
Pib	-0,068** [0,031]	-0,052* [0,029]
Índice Analfabetos	1,055*** [0,324]	1,025*** [0,293]
GINI	3,500 [24,96]	-7,935 [22,64]
Índice Mortalidade	-3,057*** [0,927]	-2,335** [1,032]
Anos de Estudo	0,191 [0,725]	-0,132 [0,743]
Constante	12,9000 [15,320]	17,28 [14,60]
Observações	52	52
R ²	0,9027	0,9152
Prob > F	0,0000	0,0000

Elaborado pelo autor.

* representa coeficiente estatisticamente significante a 10%

** representa coeficiente estatisticamente significante a 5%

*** representa coeficiente estatisticamente significante a 1%

Analisando o modelo I, observa-se que o coeficiente da variável ROA não se mostrou estatisticamente significativa; o que evidencia que o ROA não exerce influência sobre a geração de emprego formal no Brasil.

Analisando o modelo II, observa-se que o coeficiente da variável IBOV é positivo e estatisticamente significativo ao nível de 5%, o que evidencia que o retorno financeiro das empresas que compõem a amostra estudada, afeta a geração de emprego formal no Brasil. Dessa forma, é possível admitir que quanto maior for o retorno dessas empresas, menores serão as possibilidades de haver aumento de oferta de emprego formal no Brasil, ou seja, maior a taxa de desemprego.

Carecendo de comprovação de relação positiva, entre a Rentabilidade das Firms e a Taxa de Desemprego, a evidência empírica corrobora com a afirmação de que a Inovação Tecnológica compromete a demanda por Mão de Obra, pelo aumento da produtividade, ainda que o efeito sobre o emprego, seja normalmente positivo, face ao incremento de outras atividades, com destaque ao segmento de serviços, que evolui em capacitação, qualificação e conseqüentemente renda e o do comércio, naturalmente incrementado pelas exportações e importações, refletidas pelos processos de expansão e internacionalização das firmas (Rezende & Tafner, 2006).

Capítulo 5

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A contribuição das empresas a sociedade, transcendendo seu caráter racional de busca e maximização do lucro, passa pela inter-relação com o governo, através do apoio a políticas públicas que contribuam com o empreendedorismo, e com a educação, interferindo no cenário macroeconômico de forma agregada, afetando indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB) e a geração de emprego formal.

Sociedade, governos e empresas, formam um sistema autossustentável que evolui, e em parte pela expansão das empresas, em princípio pela busca da sua própria sobrevivência e em seguida pela conseqüente movimentação social. A expansão das empresas, desde a revolução industrial, passa pela busca de tecnologias e de automação, com o objetivo de maximizar a produtividade, que abastece o dilema, de que a inovação tecnológica compromete a mão-de-obra manufaturada e numerosa, sendo este, o pensamento predominante.

Governança corporativa, apoiada por tecnologias de informação e comunicação, possibilitando transparência e padronização nas interpretações, inovação tecnológica, gerando diferenciação e conseqüente proteção as empresas, ante a concorrência de mercado e capital humano, preponderam entre as abordagens que sustentam a maximização da rentabilidade nas empresas e a suas expansões e os seus reflexos no cenário macroeconômico, através dos seus reflexos na oferta de emprego formal, passam pela adequação da estrutura do trabalho, com a criação de novas ocupações, mais qualificadas e em especial, no segmento de serviços e comércio.

O processo de expansão das empresas, de médio e grande porte, passa inevitavelmente pelo processo de internacionalização, que subsidiado financeiramente pelo Governo, alavanca a sua capacidade de investimento para a expansão, bem como maximiza o potencial de comercialização dos seus produtos, visto que a comunidade internacional se torna mais receptiva a abertura de mercado, em face da redução dos riscos e das incertezas sobre a empresa entrante. Isto implica indubitavelmente na introdução da inovação tecnológica, que traz consigo o dilema da tecnologia x mão de obra, e é evidenciado pela mudança na estrutura do trabalho. Ou seja, é fato de que a tecnologia reduz a necessidade de mão de obra direta, mas também é fato de que ela gera oportunidades de novos mercados, novas funções e surgem então, novos postos de trabalho. A inovação tecnológica, em especial, voltada a criação de novos produtos, contribui positivamente com a geração do emprego, considerando a menor exposição a concorrência internacional. A capacitação profissional é fator intrínseco a introdução da tecnologia e com isso, o setor de serviços cresce como função de apoio a produção. Observamos essa tendência, de oferta do emprego, em países desenvolvidos como os EUA, e em projetos de expansão, seguidos pelo segmento de comércio, que passam a ter nas exportações e importações o surgimento de novas ofertas de emprego.

A hipótese do presente estudo, de que a Rentabilidade das Firms afeta Emprego no Brasil, se comportou de maneira distinta frente as abordagens de Desempenho e Eficiência Operacional, medida através da variável ROA (Retorno sobre Ativos) e de Valor de Mercado, medido através da variável IBOV (Índice do Ibovespa).

As empresas, na busca da maximização da produtividade, inevitavelmente atrelada a inovação tecnológica, substituem a mão de obra manufaturada pela

automação, com ganhos expressivos de escala, indicando que a eficiência operacional, compromete a oferta de emprego no Brasil, coadunando com a linha de pensamento preponderante na literatura, de que a tecnologia compromete a mão de obra direta, o que não se evidenciou nos testes da amostra analisada, a partir da mensuração da variável ROA (Retorno sobre Ativos), mas se evidenciou, a partir da mensuração da variável IBOV (Índice do Ibovespa).

Contudo, contrapondo este pensamento, preponderante na literatura, a pesquisa também nos mostrou, que a expansão das empresas provocou movimento na estrutura do trabalho, passando de uma estrutura de produção mais verticalizada a uma estrutura mais horizontalizada, apoiada em terceirizações e em mão de obra qualificada. O surgimento e/ou o crescimento de novos segmentos de negócios, em especial, o de serviços, seguido pelo de comércio, incrementado pelas exportações e importações e a partir dos próprios ganhos de escala, sustentam um reflexo na geração de emprego formal no Brasil.

A presente pesquisa, tem por limitação a amostra dos dados analisados, considerando a própria limitação de dados disponíveis no economática e no IBGE-PNAD, para responder as questões de pesquisa. Porquanto, não se pode afirmar que seus resultados refletem o comportamento geral do cenário macroeconômico do Brasil. Sugere-se então, para futuras pesquisas, a superação das limitações de disponibilidade de dados microeconômicos, a partir de pesquisas de campo, se for o caso, contraídas de segmentos de negócios específicos, que agregarão estas observações finais.

REFERÊNCIAS

- Barros, A. A., & Pereira, C. M. M. A. (2008). Empreendedorismo e Crescimento Econômico: Uma Análise Empírica (Entrepreneurship and Economic Growth: Some Empirical Evidence). *Revista de Administração Contemporânea*, 12(4), 975-993.
- Ball, R., & Kothari, S., & Robin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, 29(1), 1-51.
- Bahia, L. D. (2006). *Impactos do crescimento dos complexos industriais brasileiros no emprego e no saldo comercial 1997 – 2003*. <https://www.ipea.gov.br>. Tecnologia, exportação e emprego, Brasília: Ipea.
- Banno, M., & Piscitello L. (2010). *The effectiveness of incentives to firms' outward internationalization*. Università degli Studi di Brescia, Politecnico di Milano, Piazza Leonardo da Vinci. *Applied Economics Letters*, 17(17), 1729-1733.
- Bertoncelo, V., & Junqueira, L., (2018). Novas Formas de Ocupação, do Trabalho e Condições. Organizações em contexto, São Bernardo do Campo/SP. *Revista Organizações em Contexto*, 14(27), 187-210.
- Brandt, V. A., & Machaiewski, S., & Geib, V., (2018). Capital Intelectual e sua Relação com os Índices de Rentabilidade de Empresas do Comércio Varejista Listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 15(4), 255-263.
- Castro, M. S.; & Vieira, A.V; & Martins R; Vieira, V.A.; & Assunção,, R. (2004). Padrões espaço-temporais da mortalidade por câncer de pulmão no Sul do Brasil. Laboratório de Estatística Espacial (LESTE), Departamento de Estatística, Instituto de Ciências Exatas, Universidade Federal de Minas Gerais. *Revista brasileira de epidemiologia*, 7, 131-143.
- Cavalcanti, A. P. F. (2006). Tecnologia de Informação Controle e Mundo do Trabalho: Pensar Tecnologia na Ótica do Trabalhador, CAOS. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais*, 11, 14-24.
- Fabris, T. R., & Fontana, M. L. L. (2010). A Relação de Curto e Longo Prazo das Variáveis Macroeconômicas e dos Lucros das Empresas de Capital Aberto. *Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC*.
- Filho, G. A. L., & Colares, A. F. V., (2015). Relação entre competências empreendedoras e a taxa de crescimento de vendas de pequenas e médias empresas brasileiras. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas REGEPE*, 5(1), 117-141.

- Garraty, John (1978). *Unemployment in history: economic thought and public policy*. New York: Harper & Row.
- Gini, C. (1912). *Variability and Mutability*. C. Cuppini, Bologna, Italian.
- Harvey, John (2015). *Contending perspectives in economics*. Massachusetts: Edward Elgar.
- Lay, L. A., & Silva, T. B. J., & Michels, A., (2017). Fatores Explicativos da Evidenciação dos Benefícios aos Empregados em Empresas Brasileiras Listadas no IBRX 100 da BM&FBOVESPA. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade (UNEB)*, Salvador/BA, 7(1),181-204.
- McKinsey & Company, (2009). *Repensando como as empresas tratar de questões sociais*. Ministério do Emprego e Segurança Social (2013a), "Empreendedorismo e Estratégia para o Emprego 2013-2016 Young", na Espanha.
- McCarten, M., & Diaz, I., & Roberts, H. (2015). *Lobbying e Ações Coletivas Securities pré e Pós-SOX*. University of Otago.
- Oliveira, M. C. S., & Morais, H. A. R., & Neto, M. O. S., & Lima, J. H. (2017). Governança Corporativa: Uma análise do desempenho das companhias abertas brasileiras listadas nos níveis da BM&FBOVESPA. *Revista de Administração de Roraima – UFRR, Boa Vista/RR*, 7(2), 402-425.
- Proni, M. W. (2014). *O Desemprego na História do Pensamento Econômico*. The Unemployment In The History Of Economic Thought. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.
- Racy, J. C., & Moura, Á. A., & Scarano, P. R. (2003). The Development Of The Concept Of Company In The Economic Theory: A Review Of The Main Contributions. *Revista de Economia Mackenzie*, 3(3).
- Rêgo, B., & Dib, L., & Bemvindo, B. (2016). A Perspectiva de Redes na Internacionalização de Empresas Brasileiras de Construção Civil: O Caso Vale e BNDES em Moçambique. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 15(3), 53-69.
- Rezende, F., & Tafner, P. (2006). *Brasil: o estado de uma nação*. <https://www.ipea.gov.br>.
- Santos, J. G. C., & Góis, A. D., & Rebouças, S. M. D. P., & Filho, J. C. L. S., (2016). Efeitos da Inovação no Desempenho de Firms Brasileiras: Rentabilidade, Lucro, Geração de Valor ou Percepção do Mercado? *Revista de Administração da UNIMEP*, 14(3), 165-193.
- Vasconcelos, R. F.; Galdia, F. C.; Monta-Mor, D. S., (2016). Transações de *insiders* e impacto na rentabilidade e valor das empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)*, 10(26), 33-48.

- Vives, A. (2013). *Emprego e empreendedorismo como uma responsabilidade social das empresas*. University Stanford EUA.
- Zago, C., & Mello, G. R. (2016). *Governança Corporativa Eletrônica e Desempenho Econômico e Financeiro das Empresas Listadas no Índice Bovespa*. Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE, USP – São Bernardo do Campo/SP.
- Zeidan. R., & Rodrigues, B. (2013). The failure of risk management for nonfinancial companies in the context of the financial crisis: lessons from Aracruz Celulose and hedging with derivatives. Fundação Dom Cabral, Nottingham University Business School China, Brazilian Development Bank (BNDES). *Applied Financial Economics*, 23(3), 241-250.